

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.265 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 28 DE MARÇO DE 2001

Plenário aprova ampliação do papel das guardas municipais

As guardas municipais, que defendem prédios e bens públicos, poderão proteger também a população. Proposta de emenda constitucional nesse sentido foi aprovada ontem pelo Senado, em primeiro turno. O texto prevê ainda a criação de uma guarda nacional destinada a proteger bens, serviços e instalações da União.

PÁGINA 3

Senado poderá regular incentivos fiscais nos estados

PÁGINA 4

CONGRESSO ACOLHE BOLSA-ESCOLA E GARANTIA AO BANCO CENTRAL

PÁGINA 9



Deponentes divergem sobre causa do acidente da P-36

Reichstul admitiu que as razões do acidente ainda são "uma grande incógnita"

"É uma questão de honra" esclarecer as causas do afundamento da plataforma P-36, disse o presidente da Petrobras, Henri Reichstul, em audiência pública marcada por divergências com representantes dos trabalhadores.

PÁGINAS 6 E 7

Secretário do Tesouro destaca cumprimento de metas fiscais

PÁGINA 3



Comissão de Assuntos Econômicos ouvirá ministros

Além de aprovar crédito para o Pantanal, a CAE decidiu convidar, para depoimento, ministros de Minas e Energia, do Planejamento e da Integração Nacional.

PÁGINA 8

Jader suspende uso de painel eletrônico em votações secretas

O presidente do Senado, Jader Barbalho, suspendeu o uso do painel eletrônico em votações secretas depois que laudo da Unicamp concluiu que o sistema é vulnerável. Às 17h de hoje, o Conselho de Ética ouvirá os procuradores da República Guilherme Schelb e Eliana Torelly.

PÁGINAS 5 E 8

CE pede revisão das regras para crédito a estudantes

PÁGINA 2



Ricardo Santos preside a Comissão de Educação (CE)



Prefeito do MA confessa prática de irregularidades

PÁGINA 7

CE pede novo prazo para o Fies e revisão de critérios

Senador Eduardo Siqueira Campos adverte que milhares de estudantes podem ficar fora do programa que financia o ensino superior no país

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem o envio de uma moção ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, para que estenda o prazo de inscrição dos estudantes no Programa de Financiamento do Ensino Superior (Fies) e reveja os critérios de inscrição no programa, que somente é permitida através da Internet e mediante a exigência de inscrição do aluno no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), mesmo sendo ele menor de idade.

A solicitação partiu do senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), sob a argumentação de que milhares de estudantes em todo o país podem ficar de fora do Fies, pois o prazo terminou no último dia 23 e as dificuldades de acesso à Internet, sobretudo no interior do país, "são mais do que sabidas".

A CE aprovou também dois projetos não terminativos: o que padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e o que institui a data de 11 de dezembro como Dia Nacional das Associa-



A CE aprovou também projeto que padroniza o volume nas rádios e TVs

ções de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes).

Na mesma reunião, o presidente da CE, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), comunicou aos demais senadores que o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, enviou ofício à comissão informando que aguarda a conclusão do levantamento de dados do Programa Especial de Treinamento (PET) para responder a requerimento de informações encaminhado ao seu ministério sobre o assunto.

A comissão aprovou ainda renovações de concessões e permissões para exploração de serviços de radiodifusão e imagens para as seguintes emissoras: Intervisão – Emissoras de

Rádio e Televisão, de Montes Claros (MG); Rádio Fundação Nossa Senhora da Penha do Espírito Santo, de Cariara (ES); Rádio Correio do Vale, de Itaporanga (PB); Rádio Educadora do Tocantins, de Uruaçu (GO); Rádio Novo Mundo, de São Paulo; Rádio Princesa Isabel, de Princesa Isabel (PB); Rádio Difusora de Campanha, de Campanha (MG); e Rádio Guarani, de Belo Horizonte (MG). A comissão também aprovou a outorga de permissão para o funcionamento de rádio FM à Fundação Educativa e Cultural de Lazer do Alto do Rio das Velhas, de Sete Lagoas (MG); e para a operação de rádio comunitária à Associação Comunitária e Cultural de Barra de Santo Antônio.

CPIs investigam biopirataria e rebeliões em presídios

Duas novas comissões parlamentares de inquérito foram criadas no Senado ontem. Uma delas, proposta pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), pede que seja investigada a prática da biopirataria.

A outra, solicitada pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO), foi motivada pelas recentes rebeliões ocorridas em presídios e pede apuração de supostas irregularidades praticadas no âmbito do sistema penitenciário do país.



Jader recebe Conselho de Oftalmologia

O presidente do Senado, Jader Barbalho, recebeu ontem diretores do Conselho Brasileiro de Oftalmologia. Em companhia do senador Iris Rezende (PMDB-GO), o presidente da entidade, Marcos Ávila, convidou Jader para participar da abertura da Semana Brasileira de Oftalmologia. Ávila manifestou interesse em realizar o evento em Brasília e, se possível, no Senado.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 28 DE MARÇO DE 2001

PRESIDENTE

Senador Jader Barbalho

17h – Recebe Antonio Claudio Mariz de Oliveira e Pedro Dallari.

18h – Recebe Diogo Lacerda Machado, secretário de Estado de Portugal, acompanhado de parlamentares portugueses e jornalistas.

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 63/99 (complementar), que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar; PLC nº 1/00 (complementar), que dispõe sobre a relação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar; PLC nº 85/00, que dá nova redação ao art. 46 da Lei nº 6.015/73, que dispõe sobre os registros públicos (declarações de nascimento após o prazo legal); votação nominal, em primeiro turno, da PEC nº 57/95, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória de servidor público em geral; votação nominal, em primeiro turno, da PEC nº 63/99, que dá nova redação ao inciso II e à alínea "b" do inciso III do parágrafo 1º do art. 40 da Constituição federal (tramitando em conjunto com o item anterior); votação nominal, em primeiro turno, da PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno (votação nominal, se não houver emendas), da PEC nº 69/99, que altera a redação da alínea "c" do inciso I do art. 159 da Constituição federal (financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste); substitutivo do Senado ao PLS nº 83/91, que altera a Lei nº 6.662/79, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação; e PLS nº 104/95, que altera dispositivos da lei de execução penal sobre exame criminológico e progressão do regime de execução das penas privativas de liberdade.

COMISSÕES

9h – Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: diversas matérias, entre as quais o PLC nº 88/00, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção nas embalagens de roupas íntimas de orientações impressas sobre a importância de exames preventivos de câncer de mama, colo de útero e de próstata; PLS 655/99, que acrescenta o art. 456-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre as relações de emprego beneficiadas por incentivos; PLS nº 245/00, que acrescenta o inciso XIII ao art. 20 da Lei nº 8.036/90, para permitir o saque da conta vinculada ao trabalhador no FGTS para pagamento de cirurgias; PLS nº 248/00, que altera dispositivos da CLT para promover o reconhecimento e a prevenção das lesões por esforço repetitivo ou doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho (LER/DORT) e a assistência e reabilitação aos trabalhadores afetados; e PLC nº 105/00, que dispõe sobre o atendimento preferencial ao idoso nas unidades vinculadas ao Sistema Único de Saúde. Pauta extra: PLC nº 63/99 (complementar), que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e emendas de plenário ao PLC nº 1/00 (complementar), que dispõe sobre a relação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*

10h – CPI do Futebol

Pauta: depoimento do ex-presidente do Fluminense Manoel Schwartz e do ex-presidente do conselho deliberativo do clube José Pereira Antelo. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta:

1ª parte: audiência pública visando orientar a PEC nº 29/00, que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário. Convidados: ministros Almir Pazzianotto e Sérgio Xavier Ferolla, presidentes, respectivamente, do TST e do STM.

2ª parte: diversas matérias, entre as quais o PLC nº 85/00, que dá nova redação ao art. 46 da Lei nº 6.015/73, que dispõe sobre os registros públicos (declarações de nascimento após o prazo legal), e Requerimento nº 2/01, do senador Roberto Requião, solicitando, em face das informações do Ministério Público do estado do Paraná, que se proceda à identificação do beneficiário do cheque da prefeitura de Maringá (PR) depositado no Banco do Brasil, agência 2636, nominativo ao extinto IPC. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

17h – Conselho de Ética

Pauta: depoimento, em reunião secreta, dos procuradores da República Guilherme Schelb e Eliana Torelly. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

18h – Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: programa de trabalho e controle para o biênio 2001/2002. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 6*

ESPECIAL

12h – Cultura ao Meio-Dia

Filme: *O Declínio dos Homens*, de Jacques Audiard. *Auditório Petrólio Portella*

16h – O Produsen promove a palestra Rede Governo: Cidadão como Cliente, com Cid Toquato. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quinta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: diversas matérias, entre as quais a PEC nº 10/00, que altera a alínea "d" do inciso VI do art. 150 da Constituição federal (veda instituir imposto sobre cadernos escolares); e PEC nº 50/96, que convoca plebiscito para o eleitorado decidir sobre a realização de reforma constitucional e altera o art. 55 da Constituição federal que prevê a perda de mandato por infidelidade partidária.

Sexta-feira

9h – Sessão não-deliberativa

COMISSÃO

Quinta-feira

10h – CPI do Futebol

Pauta: depoimento do vice-presidente do Vasco da Gama, Mário Cupello. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Aprovadas novas atribuições para guardas municipais

Proposta de Romeu Tuma foi acolhida pelo Plenário em primeiro turno. O texto prevê também a criação da guarda nacional, sugerida por José Roberto Arruda, para proteger bens, serviços e instalações da União

O Plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) que amplia a atuação das guardas municipais, incluindo entre suas atribuições o policiamento ostensivo e preventivo, mediante convênio com o Estado. Emenda aprovada prevê ainda a criação, pela União, de uma guarda nacional destinada a proteger seus bens, serviços e instalações.

De acordo com a Constituição, os municípios podem atualmente constituir guardas, mas somente para proteger seus próprios bens. Para o autor da proposta, que ainda será submetida a um segundo turno de votação, as guardas mu-



Vários senadores se pronunciaram sobre a ampliação das atribuições das guardas municipais, aprovada em primeiro turno pelo Plenário

nicipais poderiam aproveitar a sua presença nas grandes cidades para ajudar no combate à criminalidade. “Essa mudança vai trazer muitos benefícios à sociedade”, afirmou Tuma.

O texto aprovado condiciona a ampliação dos poderes das guardas municipais à aprovação de lei federal que regulamente a relação entre o comando dessas guardas e as polícias estaduais. A ressalva foi feita

por meio de emenda do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), acolhida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pelo Plenário.

Outra emenda aprovada foi a do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que prevê a criação da guarda nacional. Ele recorda, na justificativa de sua emenda, que não existe instituição destinada a exercer a atividade de proteção de bens, serviços e instalações da União. “Com isso, garante-se que a Polícia Federal e as Forças Armadas exerçam exclusivamente as tarefas que lhes são típicas”, argumenta.

O relator da proposta, senador Iris Rezende (PMDB-GO), afirmou pouco antes da votação que a ampliação do raio de atuação das guar-

das municipais é “imprescindível” no atual momento do país, quando a segurança pública figura como uma das maiores preocupações dos habitantes das grandes cidades.

Ainda na sessão de ontem foi aprovado, em turno suplementar, projeto que garante às entidades sindicais acesso livre e gratuito a informações do governo a respeito de registros administrativos como os da Relação Anual de Informações Sociais (Rais). Foi também acolhido projeto que institui o Dia Nacional da Ciência, em 8 de julho. E foram aprovados dois projetos de decreto legislativo que permitem o funcionamento de emissoras de rádio em Caçu (GO) e Pratinha (MG).

Senadores defendem regulamentação com normas claras para evitar conflitos

Os senadores aprovaram a ampliação das atribuições das guardas municipais por ampla maioria – 64 votos a três e duas abstenções –, mas demonstraram preocupação com a regulamentação da proposta, durante a longa discussão da matéria em Plenário. Eles apontaram a necessidade de regras claras tanto para a formação dos futuros policiais municipais como para a relação entre as guardas e as polícias militares.

Ao anunciar que o Bloco Oposição votaria a favor da proposta, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) alertou que as guardas municipais poderiam sofrer os mesmos problemas já enfrentados pelas polícias militares, como a corrupção. “Precisamos estabelecer mecanismos de controle”, disse ela. O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) afirmou que a regulamentação deveria deixar claro a quem cabe o comando das guardas, para evitar o que chamou de “impasse de hierarquia” entre municípios e estados.

Também preocupado com esse conflito e com a falta de recursos das prefeituras, o senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) anunciou seu voto contrário. “Querem



Romeu Tuma é o autor da PEC, que recebeu 64 votos favoráveis

municipalizar a polícia sem municipalizar a receita”, criticou. Já o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) considerou a proposta salutar e lembrou que ela não obriga os municípios a criar suas guardas.

A proposta recebeu elogios de parlamentares de oposição. “Já fui contrário a essa iniciativa, pois achava que a duplicidade de comando poderia criar um potencial conflito, mas sou obrigado a me render à evidência de que falta policiamento ostensivo nas grandes cidades”, observou Roberto Saturnino (PSB-RJ). Sebastião Rocha (PDT-AP) também considerou a proposta conveniente e Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que a prefeitura de São Paulo já discute o tema com representantes do governo estadual.

A possibilidade de evitar conflitos entre estados e municípios por meio da aprovação de uma lei federal foi elogiada pelos senadores Roberto Freire (PPS-PE), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Roberto Requião (PMDB-PR). Nabor Junior (PMDB-AC) previu ainda que a regulamentação evitará o empirismo.

Os senadores Luiz Otávio (sem partido-PA) e Ricardo Santos (PSDB-ES) lembraram recentes programas de municipalização do trânsito nas regiões metropolitanas para demonstrar sua confiança na capacidade dos municípios de agir na segurança pública. Ex-prefeitos das capitais de seus estados, os senadores Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) e Lúdio Coelho (PSDB-MS) também defenderam a ampliação da atuação das guardas.

Apesar de votar a favor da proposta, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse que a falta de segurança no país não se deve à ausência de polícia, mas sim à má distribuição de renda. A melhoria das condições sociais da população também foi apontada pelos senadores Maguito Vilela (PMDB-GO) e Lauro Campos (PT-DF) como o melhor caminho para a redução da criminalidade.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) defendeu a ampliação das atribuições das guardas municipais, afirmando que o combate à violência deve ser uma prioridade do país. O aumento do número de policiais nas ruas, em consequência da eventual aprovação da proposta, foi bem recebido pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE). O senador Renan Calheiros (PMDB-AL), por sua vez, defendeu a aprovação da matéria sob o argumento de que ela poderá ampliar a descentralização da administração pública.

Fábio Barbosa (à direita) com o deputado Alberto Goldman, presidente da CMO



Secretário do Tesouro destaca cumprimento de metas fiscais

O secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, disse ontem, na Comissão Mista de Orçamento (CMO), que nos últimos dois anos o Brasil vem cumprindo rigorosamente as metas do Programa de Estabilização Fiscal, com o superávit consolidado do setor público atingindo o equivalente a 3,56% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano passado. Nos dois primeiros meses do ano, o resultado consolidado chegou a R\$ 8,9 bilhões, sendo R\$ 3,7 bilhões relativos ao governo central e R\$ 1 bilhão relativo às empresas estatais.

Seguida de debate com parlamentares, a exposição de Barbosa foi realizada em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, que obriga o governo federal a dar ciência ao Congresso Nacional dos resultados da gestão fiscal. O secretário do Tesouro destacou o que chamou de bom desempenho dos estados e municípios, particularmente nos últimos dois anos.

– Acreditamos que essa evolução está, em grande medida,

associada à postura de maior austeridade fiscal e cuidado com a coisa pública que tem, felizmente, prevalecido no País – disse Barbosa.

Ele foi questionado pelos deputados Sérgio Miranda (PCdoB-MG) e Gilmar Machado (PT-MG) sobre a utilização que o governo estaria fazendo das estatais para alcançar as metas do programa, em prejuízo da capacidade de investimento daquelas empresas. Barbosa negou que o governo esteja se apoiando nas estatais e assegurou que tanto a Petrobras quanto as companhias do setor elétrico estão com suas metas de investimento garantidas.

Miranda classificou o relatório de gestão fiscal apresentado por Barbosa como uma “parede de chumbo”, em referência ao que considerou falta de transparência. O secretário disse que não tinha a intenção de esconder nada do Congresso, e que procuraria meios de tornar o próximo relatório mais claro.

Senado pode ter competência de regular concessão de incentivos

PEC em exame pelo Plenário atribui à Casa o poder de definir para cada região do país os critérios de atração de investimentos

O Plenário do Senado deve votar hoje, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) que garante ao Senado competência para regulamentar a



Ornélas é autor da proposta sobre incentivos fiscais que está na pauta do Senado

concessão de incentivos fiscais pelos estados, definindo para cada região do país os critérios de estímulo à atração de investimentos.

Na justificativa da proposta, Ornélas critica o papel exercido atualmente na regulamentação de incentivos pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) — que chama de “resquício indesejável do período autoritário”. E afirma que a atual legislação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) não permite qualquer tentativa de redução dos desequilíbrios regionais.

Dois projetos de regulamentação da reforma da Previdência Social

também estão na pauta de hoje. Um deles disciplina o regime de previdência complementar e prevê regras como a portabilidade, instrumento pelo qual o participante de uma entidade de previdência poderá transferir sua poupança acumulada para outro plano. O outro

projeto regulamenta a relação entre os três níveis de governo — União, estados e municípios — e suas próprias entidades de previdência complementar.

Estará no quinto e último dia de discussão em primeiro turno, nesta quarta, a proposta de emenda constitucional do senador Luiz Otávio (sem partido-PA) que prevê a destinação a projetos estaduais de infra-estrutura de 25% dos recursos dos fundos de desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Como a proposta recebeu emenda de Plenário, deverá ser mais uma vez apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Também estão na pauta, para votação em primeiro turno, duas propostas de emenda constitucional — de autoria dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Ramez Tebet (PMDB-MS) — que tramitam em conjunto e propõem a ampliação de 70 para 75 anos de idade para a aposentadoria compulsória dos servidores públicos. A proposta de Simon estabelece ainda que os ministros dos tribunais superiores serão escolhidos entre cidadãos com mais de 35 e menos de 70 anos.

Volta à pauta, em regime de urgência, projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo que retira da lei a multa atualmente paga por responsáveis pelo atraso nas declarações de nascimento. Aquelas feitas após o decurso de prazo legal são punidas, pela atual legislação, com multas equivalentes a 10% do salário mínimo, apesar da gratuidade do registro civil.

Será também apreciado substitutivo da Câmara a projeto que condiciona a abertura, pelo Poder Executivo, de linhas de crédito para projetos de irrigação à observância de padrões técnicos estabelecidos por órgão público competente.

Reforma do Judiciário será debatida hoje em audiência pública na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza hoje audiência pública sobre a reforma do Judiciário. A proposta de emenda à Constituição (PEC) apresentada pelo ex-deputado Hélio Bicudo (PT-SP) será debatida pelo ministro Almir Pazzianotto, presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), e pelo tenente-brigadeiro-do-ar Sérgio Xavier Ferolla, ministro do Superior Tribunal Militar (STM). A proposta é relatada na CCJ por seu presidente, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

A audiência pública é apenas a primeira parte da reunião de hoje. Após a exposição dos dois magistrados, a comissão analisa uma pauta de quatro itens. Dois deles, de autoria do senador Osmar Dias (PSDB-PR), recebem decisão terminativa, ou seja, a aprovação pela CCJ equivale à do Senado como um todo, caso não seja apresentado re-

curso para sua análise pelo Plenário.

O primeiro item procura dar maior transparência nos critérios para exploração de concessões públicas. O substitutivo apresentado pelo relator, senador Roberto Requião (PMDB-PR), já foi aprovado na CCJ e será novamente analisado pela comissão, agora em turno suplementar. O outro item da pauta determina que todas as concessões de serviços públicos sejam precedidas de relatório de impacto econômico e social. A proposta tem parecer favorável do relator, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que pede também um parecer da Comissão de



Roberto Requião apresentou substitutivo ao projeto sobre as concessões públicas

Assuntos Econômicos (CAE) sobre a matéria.

A CCJ deverá votar ainda projeto de lei do Poder Executivo que acaba com a multa de um décimo do salário mínimo para quem não registrar o nascimento do filho até 15 dias depois do parto.

Completa a pauta da comissão o requerimento do senador Requião solicitando a identificação do beneficiário do cheque da prefeitura de Maringá (PR) depositado no Banco do Brasil em nome do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC). O pedido tem parecer favorável do relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

Osmar Dias é autor do projeto que permite saque do FGTS para pagamento de cirurgia



CAS vota saque do FGTS para custeio de cirurgia

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se hoje, às 9h, para votar, em decisão terminativa, projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que permite o saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de cirurgia do trabalhador ou de seus parentes em primeiro grau. A proposição conta com parecer favorável do relator, senador Tião Viana (PT-AC), que apresentou uma emenda para estender a possibilidade de saque ao custeio de internações hospitalares.

Outra matéria na área de saúde a ser analisada em caráter terminativo é de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e prevê o reconhecimento das Lesões por Esforço Repetitivo (LER) e Doenças Osteomoleculares Relacionadas ao Trabalho (Dort) pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A proposta de Alcântara, que recebeu parecer pela aprovação do relator, senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), pretende garantir condições de prevenção, assistência e reabilitação

dos trabalhadores afetados pela moléstia.

A CAS também deve pronunciar-se em decisão final sobre projeto do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) que concede seguro-desemprego aos trabalhadores vinculados a atividades sazonais ou temporárias. Ainda na área trabalhista, será votado projeto do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que fixa o limite máximo de 25% do total para as vagas que uma empresa pode destinar a empregados contratados por meio de leis de incentivos.

Entre os dez itens da pauta da reunião da CAS, cinco são projetos da Câmara. Uma das matérias trata da obrigatoriedade de orientação nas embalagens de roupas íntimas sobre a importância de exames preventivos de câncer de mama, colo de útero e próstata. Outra proposta dá atendimento preferencial ao idoso nas unidades vinculadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) e há ainda projeto que faculta o acesso de gestantes em ônibus, cinemas e outros locais sem passar por catraca ou roleta.

Ex-dirigentes do Fluminense e diretor do Vasco depõem na CPI

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga irregularidades no futebol brasileiro vai ouvir hoje, às 10 horas, o ex-presidente do Fluminense Manoel Schwartz e o ex-presidente do Conselho Deliberativo do clube José Pereira Antelo. Os dois devem falar sobre denúncias de desvio de verbas do clube na gestão de outro ex-presidente, Álvaro Barcelos. Amanhã, também às 10 horas, a CPI ouvirá o vice-presidente administrativo do Vasco da Gama, Mário Cupello.

Schwartz e Antelo deverão pronunciar-se sobre denúncias de desvio de cotas que o Fluminense recebeu do Clube dos 13



referentes a direitos sobre transmissão de jogos pela televisão.

Mário Cupello será interrogado sobre irregularidades cometidas pela diretoria do Vasco da Gama, que incluem sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e fraude cambial.

O presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), informou que em menos de dez dias terá respostas sobre o pedido feito ao ministro da Justiça para que peça informações ao governo dos Estados Unidos sobre contas bancárias em território norte-americano de clubes como Vasco da Gama, Flamengo, Grêmio e Internacional de Porto Alegre.

Jader suspende uso do painel em votações secretas

Depois de receber laudo da Unicamp que indica a possibilidade de violação do sistema eletrônico, presidente do Senado tomou a decisão de restabelecer temporariamente a utilização de cédulas e urnas

O presidente do Senado, Jader Barbalho, comunicou ontem ao Plenário que determinou à Secretaria-Geral da Mesa a suspensão das votações secretas por meio do painel eletrônico. O equipamento continuará sendo utilizado para o registro da presença dos senadores e a votação de matérias sem necessidade de sigilo.

Jader disse ter tomado a decisão depois de receber o laudo dos peritos da Universidade de Campinas (Unicamp), que concluiu pela vulnerabilidade do sistema desde a sua implantação, tanto pela possibilidade de acesso a informações

sobre como os senadores votaram determinada matéria quanto pela possibilidade de adulteração dos votos.

Jader Barbalho decidiu que as votações secretas, a partir de agora e até que se encontre um modo seguro de fazê-las por meio eletrônico, deverão ser realizadas na forma tradicional, com a utilização de cédulas e urnas. Ele determinou ainda que o laudo pericial dos técnicos da Unicamp seja encaminhado ao Conselho de Ética e à comissão de inquérito do Senado que apura a possibilidade de violação do painel.

Ao responder a uma questão formulada pelo senador Hugo Napoleão (PFL-PI), Jader disse que os técnicos da Unicamp em nenhum



Jader enviou o laudo ao Conselho de Ética e à comissão que apura a possibilidade de violação do painel

momento afirmaram que houve adulteração de qualquer votação secreta, e sim que o sistema é vulnerável. Respondendo a uma pergunta do senador Jefferson Péres (PDT-AM), o presidente declarou que o laudo aponta 18 pontos de vulnerabilidade do painel, mas observou que os peritos não constatarem, até o momento, qualquer violação ou adulteração em votações secretas.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) perguntou se era possível haver a substituição do voto de um senador pela reutilização da senha. Segundo Jader, a auditoria reve-

lou que a possibilidade de violação não está ligada à utilização de senhas, mas à alteração do resultado da votação.

A senadora Heloisa Helena (PT-AL), voltando a afirmar que votou pela cassação do então senador Luiz Estevão, pediu que na primeira reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) seja apreciada a proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador Tião Viana (PT-AC) que extingue o voto secreto no Senado. Os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Tião Viana também defenderam o fim das votações secretas.

Laudo aponta falhas do sistema, mas não há provas de violação

O laudo dos peritos da Universidade de Campinas (Unicamp) contratados para avaliar a segurança do sistema eletrônico de votação do Senado foi entregue na manhã de ontem ao presidente da Casa, Jader Barbalho. No documento, os técnicos afirmam que o sistema é "vulnerável", tanto em relação à informação de como votam os parlamentares em votações secretas como até no que diz respeito à possibilidade de alteração desses votos. No entanto, eles não obtiveram provas de que o sistema tenha sido efetivamente violado.

Em companhia do senador Carlos Wilson (PPS-PE), do diretor-executivo do Prodasen (Centro de Processamento de Dados do Senado), Kleber Ferreira Lima, e do presidente da comissão de inquérito encarregada pela Mesa da Casa de investigar se o painel de votação chegou a ser violado, Dirceu Teixeira de Matos, o representante da Unicamp, Álvaro Crosta, entregou oficialmente o laudo da instituição e enumerou 18 pontos de vulnerabilidade do painel, que possibilitam

a funcionários ou parlamentares acessarem o sistema.

Ao se dizer surpreso com a fragilidade do sistema eletrônico de votação do Senado, Jader Barbalho determinou o encaminhamento de cópia do documento ao Conselho de Ética da Casa e ao corregedor-geral do Senado, senador Romeu Tuma (PFL-SP), para que sirva de subsídio às investigações que estão sendo conduzidas em função da divulgação de conversa travada entre o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e três procuradores da República.

A transcrição dessa conversa, na versão da revista *IstoÉ*, atribui ao ex-presidente do Senado declaração na qual diz ter uma "lista" revelando como votaram os senadores na sessão secreta que determinou a cassação do mandato do então senador Luiz Estevão. De acordo com os peritos, o sistema é vulnerável desde sua implantação, tanto com relação ao conhecimento de como votariam os parlamentares, como sobre a possibilidade de alteração de votos. Para isso,

basta que a pessoa tenha acesso ao sistema por uma das 18 "portas" indicadas no relatório da Unicamp e tenha também senhas dos senadores.

Essas possibilidades não permitem afirmar, no entanto, que o sistema tenha sido efetivamente violado em qualquer das votações para as quais já foi usado, destacaram os peritos. Eles justificam que esse tipo de invasão, nesse sistema, não deixaria vestígios. Em função dessas conclusões, o presidente Jader Barbalho determinou que a partir de agora o sistema eletrônico da Casa seja usado apenas para o registro da presença dos parlamentares e nas votações abertas. As votações secretas serão realizadas por meio de cédulas.

Essa determinação deverá ser seguida até que a Casa receba as sugestões da comissão de inquérito que investiga o assunto e implemente medidas para aprimorar o atual sistema, tornando-o mais seguro. O presidente da comissão informou a Jader que a intenção é entregar seu relatório em 15 dias.

Presidente do Senado mantém assinatura no pedido de CPI

O presidente do Senado, Jader Barbalho, disse ontem, ao chegar ao Congresso Nacional, que apesar das gestões do governo não vai retirar sua assinatura do requerimento que propõe a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar diversas denúncias sobre casos de corrupção no país.

Pouco antes de receber o presidente da Petrobras, Henri Philippe

Reichstul, que esteve no Senado para prestar esclarecimentos sobre o afundamento da plataforma de petróleo P-36, Jader destacou que "em termos pessoais" não tem como retirar seu apoio à formação da CPI, apesar de concordar com as análises que apontam um caráter político na proposta da comissão de inquérito.

Para Jader, os casos relacionados no requerimento são antigos

e já investigados ou estão sendo apurados pelos órgãos competentes. De qualquer forma, o senador não vê possibilidade de tomar qualquer iniciativa para retirar sua assinatura do documento. Em relação ao tratamento que o assunto terá na bancada de seu partido, o PMDB, Jader Barbalho disse que a questão será tratada pelo líder da bancada no Senado, Renan Calheiros (AL).

Para ACM, ficou provado que não houve quebra do sigilo

Em entrevista à imprensa, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou no início da tarde de ontem que está satisfeito com o resultado do laudo técnico da Universidade de Campinas (Unicamp), "pois ficou provado que o painel não foi violado" e, conseqüentemente, as representações feitas pela oposição contra ele "perdem sua razão de ser".

Para o ex-presidente do Senado, os técnicos da Unicamp tentaram "por um mês e por todas as formas possíveis" tirar dos computadores ligados ao painel de votações do Senado alguma lista de sessão secreta, mas nada conseguiram. "O que eles dizem é que, tecnicamente, o painel poderia ser violado, mas não foi violado. Eles não pegaram nada que comprovasse uma violação."

Questionado por jornalistas sobre as 18 possibilidades de falha do sistema de votação apontadas pelos técnicos, Antonio Carlos Magalhães sustentou que a equipe da Unicamp só conseguiu comprovar que o sistema possui falhas técnicas. "Eles só comprovaram isso. E

isso quer dizer que o painel foi violado? Eles disseram que não."

— Esta é mais uma vitória minha contra os meus detratores e contra uma imprensa que não quer ver a verdade — afirmou.

O senador entende que a comissão de inquérito do Senado que investiga a possibilidade de violação do painel não poderá ter conclusão diferente daquela do laudo da Unicamp. "Só se prova aquilo que existe. Se não existe, não há comprovação", disse.



Antonio Carlos Magalhães afirma que obteve "mais uma vitória" contra seus detratores

Comissão de Fiscalização define agenda de trabalho

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), reúne-se hoje, às 18h, para definir sua agenda de trabalho.

Suassuna disse que vai transformar a CFC em uma CPI permanen-

te, com reuniões às quartas-feiras, depois da Ordem do Dia. O senador prometeu apurar todos os processos que estão na comissão, além das novas denúncias que têm surgido e que envolvem verbas federais.



Audiência pública realizada ontem, no Plenário do Senado, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) mostrou nítida divisão entre os que interpretam o afundamento da plataforma P-36 da Petrobras como uma fatalidade e os que a atribuem ao modelo de gestão implantado pelo atual presidente da empresa, Henri Philippe Reichstul. A constatação é do senador Paulo Hartung (PPS-ES).

Entre os que prestaram depoimento, situam-se, no primeiro caso, o presidente da Petrobras e o diretor-presidente da Agência Nacional do Petróleo (ANP), David Zylbersztajn. Do outro lado, estão o presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), Fernando Siqueira, e o diretor da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Maurício França Rubem. Como o tempo foi insuficiente para os senadores discutirem todas as informações trazidas pelos depoentes, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) anunciou que solicitará outra convocação de Reichstul.

Reichstul: esclarecer perda da P-36 "é questão de honra"

O presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, disse ontem, em audiência pública da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que o acidente com a P-36 "é uma grande incógnita", mas que "é uma questão de honra" esclarecer as razões que levaram às três explosões e ao afundamento da plataforma.

Ele informou que até 20 de abril a comissão criada para apurar as razões do acidente deve concluir seus trabalhos. A Petrobras também contratou a empresa de consultoria internacional Veritas para elaborar um relatório independente, informou.

Ao abrir a reunião, o presidente da CI, senador José Alencar (PMDB-MG), hipotecou solidariedade à Petrobras e a seus funcionários e manifestou a expectativa de que a troca de idéias sobre o acidente contribua para o aprimoramento da empresa.

Acompanhado por toda a diretoria da Petrobras, Reichstul considerou sem fundamento as opiniões de que a terceirização de atividades da empresa e a implementação de um novo modelo de gestão estariam entre as razões do acidente. "Não temos vergonha da nossa terceirização nem do nosso modelo de gestão", reiterou, observando que, das grandes companhias de petróleo do mundo, a Petrobras é a que registra os menores índices de serviços terceirizados.

O modelo de gestão implementado há dois anos, prosseguiu, foi escolhido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para manter o controle estatal sobre a empresa, mas dotando-a de instrumentos capazes de fazê-la concorrer num mercado cada vez mais competitivo e consolidado em torno de grandes multinacionais. Para tanto, acrescentou, houve um redirecionamento estratégico, baseado numa política agressiva de investimentos, da ordem de US\$ 30 bilhões até 2005.

Os 45 anos de monopólio, segundo Reichstul, exigiram uma nova feição organizacional da empresa que reduziu "os níveis excessivos de hierarquia" em 40 unidades de negócio e 20 unidades de serviço e



O presidente da Petrobras, Henri Reichstul, admitiu que as causas do acidente na plataforma P-36 ainda são "uma grande incógnita"

integrou as subsidiárias à estrutura da Petrobras. Após o vazamento na Baía de Guanabara, em janeiro de 2000, a empresa passou a buscar também condições de excelência ambiental e de segurança operacional.

Reichstul disse não ver correlação entre o acidente com a P-36 e os acidentes ambientais ocorridos. Em sua opinião, atribuir o afundamento da plataforma ao processo de terceirização seria fazer uma associação "prematura".

Quanto aos boletins diários de produção dos dias 12, 13 e 14, que motivaram interpelações dos senadores Paulo Hartung (PPS-ES) e Geraldo Cândido (PT-RJ), Reichstul afirmou que eles não recomendavam a paralisação imediata da produção e, sim, que a produção deveria ser parada quando fosse realizada a troca da peça que provocou um aumento de pressão nos dutos de gás da plataforma, provisoriamente controlada. O problema, "portanto, não teve a relevância que a natureza do boletim tomou", disse ele.

Em resposta a Hartung, para quem "não é normal haver tantos acidentes", Reichstul admitiu: "A P-36, supermoderna, não deveria explodir. Se explodisse, não deveria afundar". E concordou com o senador quanto à "história industrial e comercial conturbada" que marcou a construção da plataforma.

Zylbersztajn diz que não existe pressão para aumentar a produção

O diretor-presidente da Agência Nacional do Petróleo (ANP), David Zylbersztajn, rebatendo as alegações das entidades que congregam os funcionários da Petrobras, assegurou que não existe qualquer tipo de estratégia conduzida pela ANP no sentido de pressionar as empresas concessionárias a elevarem a produção de petróleo do país. Ele admite que o governo trabalha para aumentar a competitividade no setor, mas não estimula a "exploração predatória". E garantiu que a atenção do órgão está voltada para o cumprimento dos processos de concessão e não para a balança comercial.

Zylbersztajn esclareceu que a agência acompanhou as certificações recebidas pela Petrobras de empresas estrangeiras, atestando a capacitação tecnológica e as condições de segurança da plataforma acidentada, a P-36. A ANP, acrescentou, também está atenta aos desdobramentos das investigações do acidente.

— Esse acidente poderia ter acontecido em qualquer lugar do mundo. Não vamos, como querem alguns, antecipar os resultados das apurações e indicar culpados — disse o presidente da ANP.

Zylbersztajn reafirmou sua posição contrária ao monopólio e defendeu a Lei do Petróleo, informando que, depois da sua aprovação, a produção petrolífera do Brasil aumentou 1,5%.

— Temos o dever de nos atualizar e estimular a concorrência em prol da sociedade brasileira e já sabemos que isso incomodaria corporações — disse.

Modelo de gestão eleva os riscos de acidentes, afirma engenheiro

A desestruturação do antigo sistema Petrobras por meio de sua divisão em 40 unidades de negócios e a excessiva terceirização do corpo técnico podem ter contribuído para o acidente com a plataforma P-36, afirmou o presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras, Fernando Siqueira, ocorrido em 15 de março e que matou 11 empregados.

— Por que a Petrobras, que ganhou em 1992 o prêmio máximo do setor por sua competência tecnológica, está passando por sucessivos desastres? — questionou o engenheiro.

Segundo ele, acidentes como o ocorrido com a P-36, apesar de resultarem da conjugação de vários fatores, estão vinculados à aplicação da Lei do Petróleo (aprovada em 1997), considerada por ele como inconstitucional. O representante dos engenheiros acredita que as mudanças legais estão levando à desestruturação da empresa e fazem parte do plano do governo de privatizar todo o sistema Petrobras.

Siqueira criticou várias medidas adotadas pela empresa, como o corte de pessoal (de cerca de 60 mil para 34 mil funcionários); a terceirização dos serviços (só na Bacia de Campos, há 30 mil terceirizados); a contratação de trabalhadores vindos do exterior e sem o devido treinamento; acentuada rotatividade de pessoal; além da pressão constante para a elevação da produtividade e para o desmonte de diversos setores, com a conseqüente pulverização dos técnicos. Tudo isso, considerou, aumenta os riscos de acidentes.

Para o técnico, a busca ansiosa pelo crescimento da produção e uma política de "cooptação dos gerentes" e de salários muito diferenciados também provocam o sucateamento das operações. Ele contou que, caso um gerente discorde da posição da diretoria, pode perder a função e ter o salário reduzido em três quartos (de R\$ 20 mil para R\$ 5 mil).

— O nível de cooptação é muito grande e a política salarial é predatória. Administrativamente, é um perigo, pois proliferam os empregados que não contestam ordens, mesmo as tecnicamente questionáveis. O clima está péssimo e a insegurança é gritante — denunciou Fernando Siqueira, que também protestou contra a tentativa da diretoria da empresa de tentar imputar a culpa pelo acidente a falhas de escalões inferiores, antes da conclusão de qualquer laudo.



Siqueira: "O clima está péssimo e a insegurança é gritante"

Maurício França Rubem:
"Nem o gerente-geral
da Bacia de Campos
teria autoridade para
parar a produção"



Sindicalista defende a participação da sociedade na gestão

Maurício Rubem quer ver representantes dos trabalhadores e do Legislativo no Conselho de Administração da Petrobras

O diretor da Federação Única dos Petroleiros (FUP) Maurício França Rubem propôs ontem, durante a audiência pública promovida no Plenário do Senado Federal pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que representantes do Poder Legislativo e dos trabalhadores passem a integrar o Conselho de Administração da Petrobras, de maneira a tornar a gestão da empresa mais pública e transparente. Segundo o sindicalista, essa seria a maneira mais eficiente de esclarecer os acidentes ocorridos no âmbito da Petrobras e de evitar que eles voltem a acontecer.

O representante da federação dos petroleiros citou entre as possíveis causas da "tragédia anunciada", como se referiu ao acidente com a P-36, a redução do efetivo próprio da Petrobras e o aumento da terceirização dos serviços da estatal. Ele também acusou a Agência Nacional do Petróleo de estar mais voltada para vender áreas de províncias petrolíferas para as multinacionais do que para fiscalizar as atividades da Petrobras, como é sua atribuição.

Maurício França Rubem criticou também a pressão da direção da empresa pelo aumento da produção, em detrimento da segurança e do meio ambiente. Ele atribuiu tal pressão à necessidade que o governo Fernando Henrique sente "de mostrar cada vez mais recordes e de reduzir o déficit da balança comercial". Em sua opinião, a busca incessante pela diminuição de custos de produção tem levado gerentes a temerem parar a produção.

Segundo o diretor da FUP, na plataforma P-36, que respondia por 6% da produção nacional, "produzindo um dos melhores óleos do país", os boletins de produção nos três dias anteriores ao acidente acusavam um problema de pressurização no sistema de ventilação da plataforma.

— Nesse sentido, o diretor de produção dizer que o chefe da plataforma tem autonomia para parar a produção é absurdo. Arrisco-me a dizer que nem o gerente-geral da Bacia de Campos teria autoridade para parar a produção naquele momento — afirmou o sindicalista.

Para Maurício Rubem, a própria reestruturação da Petrobras, mediante a criação de unidades de negócios e parcerias, segmenta a companhia e cria uma competição entre as várias unidades, em cada área de negócio. No entanto, em sua avaliação, a opção pelo aumento da produtividade e pela redução de custos de produção pode aumentar os acidentes. Na opinião do diretor da FUP, "essa é uma política deliberada para privatizar a empresa aos pedaços".



Oposição quer nova audiência pública para debater o tema

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) deverá votar em sua próxima reunião requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL) propondo a realização de uma segunda audiência pública para esclarecimentos e informações sobre o acidente com a plataforma P-36, a política de prevenção de acidentes e a segurança operacional da Petrobras.

A informação foi dada ontem pelo presidente da comissão, senador José Alencar (PMDB-MG), ao final da audiência pública realizada no Plenário para discutir o assunto. O requerimento solicita novamente a presença do presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul.

A senadora argumentou que será necessário um novo debate porque, ontem, o tempo foi insuficiente para os senadores debaterem a questão com as autoridades convidadas. "Trata-se de priorizar o interesse público", argumenta Heloísa Helena.

O senador José Alencar também anunciou os nomes dos senadores indicados para compor a subcomissão permanente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura destinada a analisar acidentes que acarretam danos ao meio ambiente. Integrarão a subcomissão, como titulares, Alberto Silva (PI), Roberto Requião (PR) e Gerson Camata (ES), pelo PMDB; Paulo Souto (BA) e Jonas Pinheiro (MT), pelo PFL; Fernando Matusalém (PPB-RO), pelo Bloco PSDB/PPB; e Geraldo Cândido (PT-RJ), pelo Bloco Oposição.



Heloísa Helena quer esclarecimentos sobre política de prevenção de acidentes e segurança operacional

Moreira: prefeito confessou crime contra a administração

A CPI do Roubo de Cargas aprovou requerimento do senador Moreira Mendes (PFL-RO) para que o Tribunal de



Contas do Maranhão seja comunicado do fato de o prefeito de Amapá do Maranhão, Aveny Andrade Pacheco, ouvido ontem pela comissão, ter confessado a prática de crimes contra a administração pública.

Aveny contou que era costume na sua administração pagar compras do município com cheques da prefeitura pré-datados e sem empenho. Também confirmou que preencheu cheques nominais à própria prefeitura e endossados por ele.

O relator da CPI, deputado Oscar Andrade (PFL-RO), apresentou cópia de cheque emitido pela prefeitura, no valor de R\$ 10 mil, que teria sido sacado pela secretária de Aveny, Arlene Maria Pacheco de Oliveira. "Não tinha empenho, nem vinculação a pagamento nenhum", completou, destacando que o fato pode configurar crime de improbidade administrativa, levando à cassação do prefeito e à suspensão dos seus direitos políticos.

Mesmo sem integrar a CPI, o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) participou de parte da reunião e relatou que

esteve em Amapá do Maranhão e ouviu de diversos comerciantes e de cidadãos do município elogios a respeito de Aveny Pacheco. Ele acrescentou que, conforme algumas pessoas que ouviu, o irmão do prefeito poderia ter participação em negócios escusos. João Alberto disse que a utilização de cheques pré-datados pelas prefeituras é usual nos pequenos municípios que não contam com agência bancária, como Amapá do Maranhão.

A CPI também aprovou a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Aveny e de mais 12 empresas ou pessoas suspeitas de envolvimento com o crime organizado no Maranhão. Durante acareação, o caminhoneiro Jorge Méres, preso por participar de quadrilha de roubo de cargas e que vem colaborando com a CPI, confirmou que o prefeito de Amapá do Maranhão comprou cargas roubadas. O prefeito negou a acusação.

Relator da CPI diz que cargas roubadas foram compradas com cheques de Aveny

O prefeito de Amapá do Maranhão (MA), Aveny Andrade Pacheco, disse à CPI — em depoimento que durou quase três horas — que todas as acusações feitas contra ele são falsas. Aveny é acusado de com-



Na comissão, o prefeito Aveny Pacheco negou que tenha se envolvido com crime organizado

prar, guardar e revender cargas roubadas e de ter participação no assassinato do vereador Josias Pereira dos Santos.

O relator da comissão, deputado Oscar Andrade, afirmou não ter dúvidas quanto ao envolvimento de Aveny na receptação de cargas roubadas. "Todos os integrantes da quadrilha que confessaram participação nos crimes garantiram o envolvimento dele", disse.

Já o deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS) acredita que a investigação será facilitada com a quebra do sigilo do prefeito, aprovada pela CPI. Segundo testemunho de réus confessos no processo, Aveny chegou a pagar a compra de várias cargas roubadas com cheques próprios e até com cheques da prefeitura. "Isso facilitará nossa tarefa", decla-

rou Pompeo.

Oscar Andrade questionou o depoente sobre um caminhão roubado apreendido pela polícia de Bacabal (MA). Aveny contou que trocou o caminhão com um comerciante cha-

mado Joaci Rodrigues por um Fiat Fiorino de sua propriedade e uma quantia em dinheiro. "Usei só uns quatro meses e devolvi porque não pude pagar as prestações. Só soube que era roubado quando depus na CPI do Narcotráfico", garantiu.

Aveny também negou que tenha comprado uma carga roubada de peças para motocicletas por R\$ 90 mil. As peças foram encontradas numa casa de sua propriedade. Segundo Andrade, elas foram compradas com cheques do prefeito. Aveny refutou ainda a participação nas mortes do vereador Josias Pereira dos Santos e de Crisógomes Araújo Pereira, assassinados por três homens encapuzados. Segundo Andrade, Crisógomes iria depor em um processo de crime eleitoral contra o prefeito Aveny Pacheco.

CAE vai convidar três ministros para audiências

José Jorge, de Minas e Energia; Martus Tavares, do Planejamento, Orçamento e Gestão, e Fernando Bezerra, da Integração Nacional, serão ouvidos pelos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiram, em reunião realizada ontem, convidar os ministros de Minas e Energia, José Jorge; do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, e da Integração Nacional, Fernando Bezerra, para prestarem esclarecimentos acerca de assuntos de suas pastas.

O primeiro requerimento aprovado, do senador Paulo Hartung (PPS-ES), solicita que José Jorge preste esclarecimentos acerca da matriz energética nacional, em especial sobre problemas relativos à geração e distribuição de energia elétrica e às tarifas cobradas da população. A audiência do ministro deve ser realizada em conjunto com a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), de acordo com pedido da senadora Heloísa Helena (PT-AL).

Há notícias de que a geração de energia está prejudicada pela estiagem e que o plano de implantação de termelétricas está atrasado, o que pode gerar conseqüências graves no abastecimento de energia – justificou Hartung.

Presidida pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a CAE também aprovou requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que solicita a presença do presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Roberto Ziulkoski, para debater as implicações da Lei de Responsabilidade de Fiscal para as prefeituras. Por



Membros da CAE querem esclarecimentos sobre a crise energética, a situação dos municípios e as propostas de extinção da Sudam e da Sudene

sugestão de Hartung e do senador Francelino Pereira (PFL-MG), respectivamente, também serão convidados para debater o assunto o técnico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) José Roberto Afonso e o ministro do Planejamento. Segundo Simon, a audiência deve ocorrer entre 3 e 5 de

abril, quando estará acontecendo a IV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que contará com a presença de diversos prefeitos. O senador argumentou que a falta de dispositivo estabelecendo um período de transição causou sérios transtornos aos prefeitos que buscam o correto cumprimento da lei.

Bezerra falará sobre Sudam e Sudene

A terceira audiência aprovada pelos membros da CAE foi proposta pelos senadores Freitas Neto (PFL-PI) e Carlos Bezerra (PMDB-MT), que desejam a presença do ministro Fernando Bezerra para prestar informações sobre as propostas de extinção da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Os pedidos de audiência do ministro da Integração Nacional foram motivados por estudos que sugerem a substituição das autarquias por agências

de desenvolvimento regional.

– Falar em extinção da Sudam neste momento é um sacrilégio – afirmou Carlos Bezerra.

Os senadores Geraldo Melo (PSDB-RN), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) e Tasso Rosado (PMDB-RN) defenderam a atuação da Sudam e da Sudene e a convocação do ministro.

– Receio que a moralidade esteja sendo usada como pretexto para que se ponha fim às políticas de desenvolvimento regional. Isso é muito grave – protestou Geraldo Melo.

Conselho de Ética ouve procuradores em reunião fechada

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado decidiu no início da noite de ontem ouvir, em reunião fechada, marcada para as 17h de hoje, os procuradores da República Guilherme Schelb e Eliana Torelly. Eles já foram ouvidos pelos senadores no último dia 14, mas se recusaram a fazer comentários sobre o conteúdo de uma conversa que tiveram com o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), junto com o procurador Luiz Francisco de Souza.

Segundo a revista *IstoÉ*, no encontro Antonio Carlos teria afirmado que possuía uma lista com os votos da sessão secreta do Senado que cassou o então senador Luiz Estevão. Isso motivou um pedido das oposições para que fosse in-



Ramez Tebet encaminhou aos membros do conselho cópias do laudo da Unicamp

vestigado se Antonio Carlos havia quebrado o decoro parlamentar. A nova reunião com os procuradores, proposta em requerimento pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), foi aprovada por 11 votos do PMDB, do PSDB, das oposições e do pefelista Francellino Pereira (MG). Votaram contra os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Geraldo Althoff (PFL-SC), Paulo Souto (PFL-BA) e Wal-

deck Ornélas (PFL-BA).

O Conselho de Ética aprovou ainda requerimentos dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Romeu Tuma solicitando que o Departamento de Polícia Federal faça uma perícia nas fitas que registraram a conversa de Antonio Carlos Magalhães com os procuradores. O objetivo é tentar esclarecer pontos que não foram degravados pelo foneticista Ricardo Molina. Uma

das fitas, entregue pela revista *IstoÉ*, já está com o conselho, e uma segunda será remetida pelo procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro; ambas foram gravadas pelo procurador Luiz Francisco de Souza.

O presidente do conselho, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), comunicou ao

Plenário que decidiu indicar o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) para relatar o processo que envolve o senador Antonio Carlos Magalhães. Saturnino aceitou o trabalho. Tebet encaminhou ainda a todos os senadores do Conselho de Ética cópia do laudo técnico sobre a vulnerabilidade do painel de votações do Senado, entregue ontem por peritos da Universidade de Campinas (Unicamp).

Aprovado crédito para o Pantanal

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, por unanimidade, parecer do senador Lúcio Coelho (PSDB-MS) favorável ao pedido do governo federal para contratar operação de crédito de US\$ 82,5 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar a primeira fase do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal.

Segundo o relator, o programa prevê a construção de rodovias, saneamento, tratamento de água, in-

centivo ao ecoturismo e ao reflorestamento das matas ciliares dos rios que formam a bacia do rio Paraguai. O financiamento, a ser gerenciado pelo Ministério do Meio Ambiente, beneficiará municípios de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul.

“O objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da região, mediante o gerenciamento e conservação dos recursos naturais e a promoção de atividades econômicas ambientalmente compatíveis com os ecossistemas”, afirmou Lúcio Coelho.

TV Senado

Acompanhe, ao vivo, as transmissões das sessões plenárias do Senado, além das reuniões das comissões permanentes e especiais. Informe-se ainda sobre saúde, cultura e educação seguindo nossa programação.

política e muito mais



Instalada CPI que vai investigar atuação de ONGs

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que vai investigar supostas irregularidades envolvendo organizações não-governamentais foi instalada no final da tarde de ontem. Por unanimidade, foi eleito presidente da comissão o senador Mozarildo Caval-



Mozarildo Cavalcanti vai presidir a CPI das ONGs

canti (PFL-RR). O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) é o vice-presidente. A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) foi indicada relatora. Os trabalhos da comissão devem durar 180 dias, podendo ser prorrogados por mais 180.

CRE elege João Alberto para vice-presidente

Por unanimidade, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) elegeu ontem o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) para o cargo de vice-presidente. João Alberto foi indicado para o posto pelo PMDB, conforme acordo de lideranças. A reunião foi presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM).



João Alberto foi indicado pelo PMDB e eleito por unanimidade

Parga fala sobre proposta de imposto para substituir CPMF

A transformação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) em imposto permanente é o assunto do programa *Entrevista*, da TV Senado, que vai ao ar hoje. O senador Bello Parga (PFL-MA) fala da proposta de emenda constitucional de sua autoria que cria o Imposto sobre Movimentação Financeira (IMF). O programa vai ao ar às 7h30.

O recente boicote canadense à carne bovina brasileira é o tema do programa *Debate* de hoje. Os convidados do programa são o senador José Fogaça (PMDB-RS) e o cientista político Ricardo Caldas. O programa será apresentado às 6h30.

A TV Senado exibe às 9h a reunião da Comissão de Assuntos Sociais que examinará, entre outros projetos, a proposta que estabelece normas para os planos de previdência complementar dos servidores públicos e funcionários de estatais. Logo depois, havendo tempo antes da sessão plenária das 14h30, ocorrerá a transmissão da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, marcada para as 10h. Na CCJ, a primeira parte da reu-



Bello Parga explica em entrevista o projeto do Imposto sobre Movimentação Financeira

nião está reservada à audiência pública para instruir a proposta de emenda constitucional da reforma do Judiciário, tendo como convidados o ministro Almir Pazianotto, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), e o tenente-brigadeiro-do-ar Sérgio Xavier Ferolla, do Superior Tribunal Militar (STM).

Logo depois da sessão plenária, que começa às 14h30, a TV Senado exibe a reunião da CPI do Futebol. Na pauta, os depoimentos do ex-presidente do Fluminense Manoel Schwartz e do ex-presidente do Conselho Deliberativo do Fluminense José Pereira Antelo.



Congresso Nacional aprovou duas medidas provisórias na sessão de ontem à noite

Congresso aprova com mudanças o programa da bolsa-escola

Projeto de conversão da medida provisória inclui duas sugestões apresentadas pelo senador Eduardo Suplicy

O Congresso Nacional aprovou, na noite de ontem, o projeto de lei de conversão da medida provisória que institui o Programa Nacional de Renda Mínima associada à educação, a chamada bolsa-escola. O projeto de conversão acolheu duas sugestões do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

A medida provisória destina o valor de R\$ 15 por criança a cerca de 11 milhões de famílias de baixa renda em todo o país que tenham filhos com idade entre seis e 15 anos matriculados em estabelecimentos de ensino fundamental regular. O benefício é limitado a três crianças por família.

De acordo com o relator da

MP, deputado Oswaldo Coelho (PFL-PE), o valor da renda *per capita* familiar a ser adotado pelo governo como parâmetro para o pagamento do benefício será de R\$ 90. A MP modifica lei aprovada anteriormente pelo Congresso, que beneficiava crianças de 0 a 14 anos e determinava o pagamento de R\$ 30. De acordo com o deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS), um acordo com o Executivo garantiu R\$ 1,7 bilhão para a implementação do programa. Ele lembrou que estados e municípios devem cooperar com o bolsa-escola com seus próprios programas.

Suplicy, que teve suas sugestões aceitas pelo relator da MP,

explicou que, com as modificações, o programa instituído pelo governo poderá beneficiar municípios de todo o país, inclusive os que pertençam a estados com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) acima da média nacional. Outra modificação proposta por Suplicy garante a diversidade de programas no âmbito municipal.

— A parceria pela renda mínima pode ocorrer em todos os níveis administrativos — afirmou Suplicy. Ele defendeu que os diversos programas de bolsa-escola, implementados em todo o país, sejam comparados para que o melhor desenho seja estendido a todo o Brasil.

Inadimplência no sistema financeiro passa a ser garantida pelo mercado

A primeira medida provisória aprovada pelo Congresso Nacional na sessão de ontem à noite resguarda o Banco Central de eventuais quebras de instituições privadas que atuam no sistema financeiro. Em sua 16ª edição, a MP altera o serviço de compensação dos pagamentos no sistema financeiro. A intenção do governo é transferir o risco da inadimplência para o próprio mercado, por meio do instituto da compensação multilateral.

Relatada pelo senador Gilberto

Mestrinho (PMDB-AM), a medida provisória cria um fundo que deve ser mantido pelas próprias câmaras de compensação para assegurar que, no caso de inadimplência de qualquer instituição, os negócios possam ser garantidos.

Apesar de considerar a MP positiva, por evitar que o BC in-



Gilberto Mestrinho foi o relator da medida provisória

jete dinheiro público no caso de insolvência civil, o deputado João Paulo (PT-SP) criticou a aprovação de artigos que alteram legislação complementar, como o Código Comercial e o Tributário. Para ele, a medida provisória não garante, no caso de falência de instituições do sistema financeiro, o pagamento imediato de dívidas tributárias e trabalhistas.

Eduardo propõe Comissão de Defesa do Consumidor

Órgão ampliará conquistas dos últimos dez anos e permitirá aproximar o Senado da sociedade brasileira, argumenta o senador

Terminou segunda-feira o prazo para apresentação de emendas ao projeto que institui a Comissão de Defesa do Consumidor do Senado. O autor da proposta, senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), defendeu a instalação do órgão, que, segundo ele, contribuirá para aproximar mais o Senado da sociedade.

— A instalação da comissão seria mais uma conquista do consu-



Eduardo condenou decisão contrária ao ex-governador Cristovam Buarque

midor brasileiro, após dez anos de vigência do Código de Defesa do Consumidor, uma lei que podemos dizer que pegou — argumentou o senador.

Em virtude de requerimento aprovado pelo Plenário, todas as propostas de alteração do Regimento Interno do Senado — como é o caso do projeto de

Eduardo Siqueira Campos — tramitam em conjunto. O senador,

no entanto, pediu apoio dos líderes partidários para que a sua proposta tenha tratamento diferenciado, “em virtude de sua relevância para a sociedade”.

CRISTOVAM BUARQUE

A decisão da Justiça Eleitoral de Brasília, que condenou o ex-governador do Distrito Federal Cristovam Buarque, a cinco meses de prisão por crime eleitoral, recebeu críticas do senador.

— Essa decisão é um absurdo completo. Quero manifestar minha solidariedade ao ex-governador pelo que ele representa para a educação brasileira — disse Eduardo Siqueira Campos.

Mauro elogia trabalho pastoral da CNBB

O trabalho pastoral desenvolvido em quase 50 anos pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi destacado ontem pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO). Ele ressaltou a atuação da entidade em defesa dos povos indígenas de Goiás, por meio do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e aplaudiu as ações realizadas pelas Pastorais da Juventude e da Educação, que apontou como referências para outros estados.

O senador enfatizou a importância da Campanha da Fraternidade. Ela foi proposta em 1961 por três padres da Cáritas Brasileira como

forma de arrecadar fundos destinados às atividades assistenciais e promocionais e, dois anos mais tarde, foi encampada pela CNBB como projeto nacional, contou Mauro Miranda.

— A iniciativa tem cunho eminentemente evangelizador e realiza-se em período específico, a Quaresma, o tempo forte de conversão e de mudança interior, que prepara a Páscoa, a ali-



Mauro Miranda destacou a importância da Campanha da Fraternidade

ança definitiva — explicou o senador.

Para este ano, lembrou ele, a campanha tem como lema *Vida Sim, Drogas Não*, “apelo veemente e inequívoco em favor da vida humana, hoje, lamentavelmente, tão banalizada, manipulada e desprezada”. O senador acrescentou que a CNBB decidiu promover congressos regionais para debater o tema.

Ademir pede apoio para o Museu Emílio Goeldi

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) pediu apoio governamental ao Museu Paraense Emílio Goeldi, assinalando que, apesar de ser reconhecida no mundo inteiro, a instituição tem passado por sérias dificuldades nos últimos três anos. De acordo com o senador, o museu chegou a essa situação devido à restrição de recursos financeiros e à ausência de um programa de inventários contínuos dentro da política de Ciência e Tecnologia para a região amazônica.

— O descaso do governo federal



Para Ademir, o governo federal trata a pesquisa científica “com descaso”

com a formação científica tem provocado a fuga de cérebros do país, sendo que centros de pesquisas, universidades públicas e laboratórios estão em processo de sucateamento — disse.

Ademir afirmou que, no caso do Museu Goeldi, existe um relatório interno que revela que, de 1997 para cá, o quadro de servidores sofreu um processo de “enxugamento brutal”, com uma queda de 10% no número de pesquisadores e técnicos.

Ademir destacou que o museu, instituído há mais de um século

pelo naturalista Domingos Soares Ferreira Penna, tem como função básica produzir e difundir conhecimentos e acervos científicos sobre os sistemas naturais e sócio-culturais da Amazônia.

O parlamentar observou que o museu é um dos mais importantes da América do Sul e do mundo sobre a Amazônia. Os especialistas consideram sua coleção de aves a mais representativa do mundo e seu herbário conta com cerca de 2.500 tipos, que tem dado origem à descrição de várias espécies novas para a ciência.

— As coleções paleontológica, etnográfica, arqueológica e linguística se juntam às de mamíferos, peixes e répteis para configurar um dos acervos mais disputados do mundo — acrescentou.

Exposição no Senado homenageia pioneirismo da mulher potiguar

O Senado inaugurou na manhã de ontem a exposição *A Mulher Potiguar: Cinco Séculos de Presença*. A mostra, montada na Senado Galeria, é promovida em conjunto com o governo do Rio Grande do Norte. Na ocasião, também foi lançado livro homônimo com os perfis de 24 mulheres que se destacaram na história daquele estado.

A inauguração contou com a presença dos senadores potiguares Geraldo Melo (PSDB) e José Agripino Maia (PFL); da deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP); do presidente da Fundação José Augusto, Woden Madruga, do diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, e da educadora Noilde Ramalho, representando as mulheres homenageadas.

Entre as citadas no livro, estão a educadora e precursora do feminismo Nísia Floresta; Alzira Soriano, primeira mulher a assumir, em 1929, uma prefeitura municipal (Lajes-RN); e a primeira eleitora do país, Celina Guimarães, que em 25



Na abertura da exposição, foi lançado livro com perfis de 24 mulheres que se destacaram na história do Rio Grande do Norte

de novembro de 1927, aos 29 anos, obteve registro como eleitora de Mossoró.

Também integram a obra a pioneira Maria do Céu Fernandes, primeira deputada eleita do Rio Grande do Norte; a cantora e rainha do chorinho Ademilde Fonseca; a poetisa Zila Mamede; a recordista sul-americana de 200 metros em pista coberta Magnólia Figueiredo; a atleta da Seleção Brasileira de Vôlei Vírnia Dias; e a *top model* Fernanda Tavares, eleita uma das oito mulheres mais sensuais do milênio pela revista americana *Cosmopolitan*.

Prodasen promove palestra

O Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) promove, a partir das 16h de hoje, no auditório da Comissão de Assuntos Econômicos, palestra com o tema “Rede Governo: cidadão como cliente”. O convidado é o consultor de marketing do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Cid Torquato. Ele vai analisar as possibilidades de crescimento na prestação de serviços públicos pela Internet.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Debate* — O senador José Fogaça e o cientista político, Ricardo Caldas, falam sobre o Brasil e o comércio internacional
7h30 — *Entrevista* — O senador Bello Parga fala sobre a permanência da CPMF
8h — *Cores do Brasil* — Tiradentes
8h10 — Comissão de Educação (gravado)
9h — Comissão de Assuntos Sociais (vivo)
Logo após — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — Audiência pública para debater PEC 29/2000 que “Introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário”. Convidados: Almir Pazzianotto, ministro do TST, e o tenente-brigadeiro-do-Ar Sérgio Xavier Ferolla, presidente do STM
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
Logo após — CPI do Futebol — Depoimento de Manoel Schwartz, ex-presidente do Fluminense, e José Pereira Antelo, ex-presidente do Conselho Deliberativo do Fluminense (gravado)
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das

notícias do dia

21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
9h — Comissão de Assuntos Sociais
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
24h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

"A educação é o melhor investimento", afirma Casildo Maldaner



Maldaner reivindica uso do FGTS em despesas escolares

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu, ontem, a utilização do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para o financiamento de despesas escolares de filhos ou afilhados do titular da conta.

Segundo Maldaner, se o governo permite a utilização desses recursos na compra de ações em bolsa de valores, como ocorre no processo de privatização, também deve permitir que um cidadão possa investir na educação de seu próprio filho ou familiar. "A edu-

cação é a melhor maneira de investir no Brasil porque garante seu futuro", disse.

O senador lembrou que tramita no Senado um projeto de lei de sua autoria sobre a matéria. Ele acrescentou que vai apresentar uma emenda à medida provisória que o governo estará enviando ao Congresso, permitindo que os recursos do FGTS possam ser usados na compra de ações da privatização do sistema elétrico, para incluir a possibilidade de investimentos na educação.



Maguito Vilela apóia resistência do governo à pressão dos clubes

Para Maguito, fim da Lei do Passe profissionaliza futebol

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) disse ontem que o fim do passe, instrumento que liga o atleta profissional aos clubes de futebol extinto desde a última segunda-feira, representa uma etapa importante rumo à profissionalização do futebol brasileiro. A decisão, segundo o senador, resultou em grande parte dos trabalhos de comissão que no ano passado propôs alterações na Lei Pelé.

— O governo, com o apoio da comissão que discutiu uma nova lei para o esporte, resistiu à pressão dos clubes, que pretendiam adiar o fim do passe em mais um ano — disse Maguito, que relatou a nova lei.

Por meio de medida provisória, o governo ampliou o prazo

do primeiro contrato do atleta profissional de dois para cinco anos. O senador elogiou a decisão, que, segundo ele, dará tranquilidade para que os clubes continuem investindo nas categorias de base. "As escolinhas cumprem importante função social", testemunhou Maguito.

O senador se disse satisfeito com a manutenção da proibição de que uma empresa patrocine mais de um time, mas lamentou que tenha sido retirado pelo governo o dispositivo que impedia a compra de mais de 49% de um clube de futebol por grupos estrangeiros.

— Este foi um equívoco do governo e o Congresso deve reafirmar sua posição pela manutenção dos 49% — afirmou.

Cabral destaca luta da OAB em favor da democracia

Ao homenagear os 70 anos da entidade, senador afirma que, nos governos ditatoriais, ela "cresceu como líder da sociedade"

Depois de ter participado, ontem de manhã, da sessão especial realizada pela Câmara dos Deputados para homenagear os 70 anos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) ocupou a tribuna para exaltar o papel da entidade na defesa da cidadania e da democracia, principalmente em anos recentes, quando a democracia esteve em crise no país.

— Nos governos ditatoriais, a OAB se agigantou, cresceu como líder da sociedade — afirmou Cabral, que pediu que fossem transcritos nos Anais da Casa os discursos proferidos pela manhã pelo deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PI), autor da homenagem na Câmara, e pelo presidente do Conselho Federal da OAB, Rubens Approbato Machado.

Cabral leu, em Plenário, pronunciamento que fez durante a Conferência Nacional da OAB de 1982,



Bernardo Cabral salienta que a OAB quer um Poder Judiciário livre, sem intromissão do Executivo

quando ocupava a presidência da entidade. Segundo ele, os anseios daquela época continuam válidos.

— A OAB quer um Judiciário livre, não só para julgar o comportamento humano, os atos do Poder Legislativo e do Executivo, mas também sua completa autonomia, compreendida no preenchimento dos seus quadros e na sua vida financeira, sem a intromissão que é feita pelo Executivo — citou Bernardo Cabral.

PAPEL DA OAB

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) destacou o papel da OAB na vida nacional e o desempenho de Cabral na presidência da entidade, acrescentando que o senador devotou sua vida à causa do Direito.

— Como ex-presidente da OAB, Vossa Excelência foi enérgico em favor das liberdades individuais e da necessidade de cumprimento de um ordenamento constitucional — declarou Napoleão.

Jucá: fundos de pensão querem ser alavanca para o desenvolvimento

O encontro entre os integrantes da Federação Internacional de Administradores de Fundos de Pensão (Fiap), realizado no último dia 14 em Santiago, no Chile, foi registrado ontem pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR). Ele relatou que do encontro resultou a Declaração de Santiago, documento que reúne as ações que os administradores deverão implementar em seus países. Entre elas, o senador destacou a busca de um regime cambial e



Romero Jucá destacou encontro de dirigentes de fundos de pensão realizado no dia 14 em Santiago

tributário que permita aos fundos de pensão tornarem-se uma alavanca para o desenvolvimento dos respectivos países.

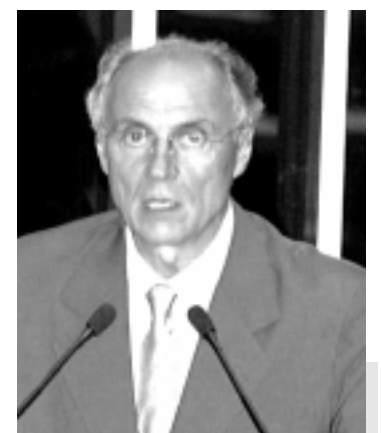
Romero Jucá também alertou os senadores para a votação que ocorrerá hoje de dois projetos de lei que regulamentam a previdência complementar no Brasil. Ele explicou que os projetos ainda dependem de parecer, que será dado em Plenário, devido ao fato de estarem tramitando em regime de urgência.

Suplicy anuncia acordo para bolsa-escola em São Paulo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou que a prefeitura de São Paulo e o Ministério da Educação estão em entendimentos adiantados para a implantação, em São Paulo, do Programa Nacional de Renda Mínima Aplicada à Educação, a chamada bolsa-escola. Segundo Suplicy, a prefeita de São Paulo pretende garantir a cada família que mantenha filhos menores de 14 anos na escola uma renda mínima

de três salários mínimos, com apoio do governo federal.

O senador informou ainda que a liderança do Partido dos Trabalhadores sugeriu ao relator da medida provisória que trata do assunto, deputado Oswaldo Coelho (PFL-PE), que incluísse no texto da MP a garantia de entendimento entre a União e os estados e municípios que mantenham ou idealizem seus próprios programas de renda mínima.



Suplicy: renda de três salários mínimos para famílias que mantenham filhos na escola

Wilson condena extinção da Sudene

Para o senador, não é possível aceitar o fim, por simples medida provisória, de um órgão que vem trabalhando pela região Nordeste há 40 anos. "É um atentado à democracia", diz

O senador Carlos Wilson (PPS-PE) conclamou os governadores dos nove estados do Nordeste e de Minas Gerais a cerrarem fileiras em defesa da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Para ele, não é possível aceitar a extinção de um órgão que vem trabalhando pela região há 40 anos, mediante simples medida provisória. "É um atentado à democracia", afirmou.

Ele enfatizou a necessidade de serem apuradas, exemplarmente, irregularidades cometidas no órgão, se elas existirem. Em sua opinião, é preciso também que o órgão passe por um processo de transformação, a fim de tornar sua ação mais ágil e efetiva, adequando-o aos tempos atuais. "Mas eli-



Carlos Wilson sugeriu, ao invés da extinção, a apuração de irregularidades eventuais cometidas pela Sudene

minar a Sudene cirurgicamente, com uma canetada, equivale a derubar as paredes de uma casa por

se pretender trocar as tomadas elétricas", argumentou.

Carlos Wilson disse que não consegue "enxergar o que o governo pretende com a extinção da Sudene". Ele lembrou que o presidente Fernando Henrique Cardoso, durante suas duas campanhas eleitorais, prometeu fortalecer o órgão. No seu entender, o governo não cumpriu suas promessas e passou a dar ouvidos a estranhos profetas, "estratégia cujo único resultado prático foi mantê-lo cada vez mais longe da realidade do país".

Ao encerrar seu pronunciamento, Carlos Wilson fez um apelo para que Fernando Henrique

acorde para as reivindicações dos nordestinos e mineiros, no sentido de preservar a Sudene. "E acorde para os apelos dos senadores, unânimes na defesa do órgão", aconselhou.

Em apartes, os senadores Romero Jucá (PSDB-RR), Francelino Pereira (PFL-MG) e Geraldo Melo (PSDB-RN) reconheceram a necessidade de serem reformulados órgãos de desenvolvimento regional como a Sudam e a Sudene, mas manifestaram-se contra a extinção dessas superintendências, num país de tantas desigualdades regionais. Para José Alencar (PMDB-MG), é imperioso que o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, compareça ao Senado para debater o assunto.



Alcântara destacou o crescimento da taxa de escolarização de crianças de sete a 14 anos

Alcântara aplaude desempenho da educação

A conciliação entre crescimento econômico e ampla e urgente promoção social e humana foi defendida pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que ressaltou a importância de dar continuidade às iniciativas do governo Fernando Henrique na área da educação. Entre os resultados dessas iniciativas, destacou o crescimento continuado da taxa de escolarização das crianças de sete a 14 anos, que passou de 90,2% em 1995 para 95,7% em 1999.

O senador também mencionou o recuo de 18,2%, em 1989, para 12,3%, em 1999, do analfabetismo na população em geral. Para a população de dez a 14 anos, prosseguiu Alcântara, o decréscimo do analfabetismo foi ainda mais expressivo, passando de 14% de analfabetos em 1995 para 5,5% em 1999. No mesmo intervalo de cinco anos, a proporção de brasileiros com o 2º grau completo saltou de 15,5% para 19%, informou.

— Não temos dúvida de que a priorização de esforços e investimentos no ensino fundamental e médio terá grande impacto no sentido da diminuição das desigualdades sociais de nosso país, a curto, a médio e a longo prazos — disse o senador.

O casamento do incentivo à escolarização com a garantia de uma renda mínima para as famílias mais pobres (com a aprovação da Lei nº 9.533/97), por sua vez, observou o senador, constitui um mecanismo eficaz no combate, tanto imediato como profundo, da desigualdade.

Segundo Alcântara, o Brasil destina um montante significativo aos gastos sociais, maior do que de qualquer outro país da América Latina. Para ele, o grande problema é fazer com que esses recursos cheguem de fato a quem mais necessita deles.

Governo opta por solução simplista, afirma Lobão

O senador Edison Lobão (PFL-MA) criticou o propósito governamental de extinguir as superintendências de desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste — a Sudam e a Sudene. No entender do parlamentar, com essa medida, o governo opta por uma solução simplista, deixa de apurar irregularidades e acaba com órgãos que colaboraram para o desenvolvimento das duas regiões. Para Lobão, esses órgãos deviam ser revitalizados.

Em aparte, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) lembrou que, dos 500 projetos aprovados pelos dois órgãos nos últimos anos, apenas 29 são suspeitos de irregularidades. Não há justificativa para a extinção das autarquias, assegurou Mestrinho, sugerindo a modernização administrativa dessas superintendências e propondo que elas sejam fiscalizadas por um organismo do governo federal.

Mestrinho também referiu-se às denúncias de irregularidades apontadas contra a administração da Sudam. Ele afirmou que, da mesma maneira que dirigentes desse órgão foram indicados pelo presidente do Senado, houve indicações em outros órgãos do governo feitas igualmente por políticos de projeção nacional. E manifestou seu estranhamento por não recaírem sobre outros políticos as



Para Edison Lobão, Sudam e Sudene deveriam ser revitalizadas, e não extintas

mesmas dúvidas levantadas em relação aos indicados pelo presidente do Senado.

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) observou que, como a maior parte dos recursos da União é destinada às regiões Sul e Sudeste, ele teme que, com a extinção dessas agências de desenvolvimento, esse problema se agrave. Para ilustrar a gravidade da medida, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) disse que 60% da economia do seu estado está baseada em incentivos fiscais da Sudam. O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) se solidarizou com a posição dos parlamentares e acrescentou que, com a extinção desses instrumentos de desenvolvimento, se penalizam as regiões mais pobres do país.

Condenação de Cristovam Buarque é um escárnio ao Direito, diz Dutra

O líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE), protestou ontem contra a decisão do juiz da 14ª Zona Eleitoral, Alfeu Gonzaga Machado, de condenar o ex-governador do Distrito Federal Cristovam Buarque a cinco meses de prisão e a três anos de inelegibilidade. "Essa sentença é um escárnio, uma ofensa ao Direito, à lógica, à cidadania e às consciências democráticas de todos os brasileiros", afirmou.

Segundo Dutra, o ex-governador não foi condenado por corrupção, malversação de verbas públicas ou outros crimes graves de que "tantas autoridades estão sendo acusadas no Brasil, em alguns casos com provas contundentes". O "crime" de Cristovam Buarque, disse, foi não ter retirado, dentro do prazo dado pela Justiça, as placas de seu governo que continham o slogan "GDF, governo democrático e popular", o que foi considerado autopromoção eleitoral.

O senador informou que o ex-governador ordenou, imediatamente após a sentença judicial, que todas as placas fossem retiradas ou cobertas, mas algumas escaparam da providência. "Não cabe ao governador, pessoalmente, fiscalizar esse tipo de medida. Curiosamente, algumas placas do GDF estavam ao lado de outras



Dutra considera que a sentença foi resultado de um "juízo essencialmente político"

com o slogan 'Brasil em Ação', do presidente Fernando Henrique Cardoso, também candidato à reeleição como Cristovam, mas nada aconteceu em relação ao governo federal", disse.

Dutra manifestou sua convicção de que a sentença, que qualificou de ridícula, será revogada quando o ex-governador recorrer ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e até ao Supremo Tribunal Federal (STF), se for necessário. "Episódios como esse mostram a que ponto de irracionalidade chega um juiz quando resolve fazer um julgamento essencialmente político. E demonstram o perigo que corre um cidadão honesto nesse país", concluiu o líder do PT.